



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 27 DE MAIO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Com a presença dos nobres Vereadores Donato, Francisco Chagas, na presidência, e Aníbal de Freitas, declaro abertos os trabalhos da 9ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2011, sendo a segunda audiência pública temática ao PL 183/11, de autoria do Executivo e que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012.

Foram convidados para esta audiência, os Srs. Secretários Municipais de Habitação e de Transporte.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link auditório *on line*.

Convido, para compor a Mesa, as seguintes autoridades: Dr. Luis Ricardo Pereira Leite, Secretário Municipal de Habitação; Sra. Rosa Maria Sarsano, representando o Sr. Secretário de Transportes.

Passarei a ler a carta do Sr. Secretário de Transportes, justificando a impossibilidade de comparecimento.

- É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Agradeço a todos pela presença.

Primeiro, ouviremos a apresentação dos Srs. Secretários convidados, acerca dos temas estabelecidos. Depois, abriremos para o Plenário. Informo que a secretaria está procedendo à inscrição. Portanto, toda pessoa que queira fazer uso da palavra poderá se inscrever.

Informo a todos que ficarei nesta reunião até às 12h. Depois, o nobre Vereador Aníbal ficará na presidência.

Tem a palavra o Sr. Luis Ricardo Pereira Leite.

**O SR. LUIS RICARDO PEREIRA LEITE** – Bom dia a todos. Agradeço pela oportunidade de falar um pouco a respeito dos trabalhos que estão sendo feitos, no Município, no âmbito da Habitação, e, principalmente colher um pouco de opiniões, de sugestões, de críticas a fim de aperfeiçoarmos o trabalho.

Tenho uma prima que mora nos Estados Unidos e que foi Vereadora em Chicago, até este mês, durante 21 anos. Fui várias vezes visitá-la e verifiquei que a Câmara de Vereadores fica no mesmo prédio da Prefeitura. Acredito que isso, do ponto de vista físico, demonstra que o trabalho do Legislativo e Executivo é muito complementar. Então, acredito que essa discussão seja muito importante para podermos ter essa complementaridade entre Legislativo e Executivo.

Falando um pouco a respeito da Habitação, temos uma situação, no Município, bastante conhecida de todos, onde tivemos uma migração muito grande, durante um período. E essa migração provocou uma determinada ocupação da Cidade, de forma até desorganizada.

Portanto, o trabalho que, hoje, fazemos da Habitação é justamente tentar dar a devida qualidade, uma vez que a população se estabilizou. Não temos mais uma demanda quantitativa tão grande. Então, devemos fazer essa transformação para que haja qualidade na habitação.

Em 2005, quando essa gestão do Executivo assumiu, tínhamos recursos municipais, que equivaliam, mais ou menos, a 2% do Orçamento. Esse número foi crescendo ao longo dos anos e já, no ano passado, tivemos um número de 4% destinado à Habitação. Portanto, acredito que isso demonstra, não só a prioridade que o Governo Municipal dá à questão habitacional, como também possibilita um confronto com as demais Cidades, a fim de que tenhamos recursos para, efetivamente, fazermos uma atuação no sentido dessa qualidade.

Mais ou menos daqui a um mês, terminamos as audiências públicas e deveremos encaminhar para a Câmara dos Vereadores o Plano Municipal da Habitação. Acredito que muitos dos senhores já conhecem esse Plano, que foi desenvolvido a partir de 2005 e concluído agora, sendo submetido às audiências públicas. Agora, esse Plano passará para debate nesta Casa.

No Plano Municipal da Habitação pretendemos consolidar, com a sociedade – e isso será feito pelos Srs. Vereadores – a política habitacional adequada para o Município.

Fico muito contente porque, hoje, vemos que existe um consenso a respeito da maneira de fazermos essa abordagem para tentar fazer essa transformação qualitativa.

Então, o Plano Municipal da Habitação, que contém todas as políticas, hoje, que estão sendo praticadas e as quais pretendemos que sejam continuadas, coloca quais são as maneiras de atacarmos o problema. E, aí, faria um destaque para a questão da urbanização de favelas. Hoje está muito consolidado que essa é uma política adequada porque as famílias, mesmo os assentamentos precários, são comunidades – do ponto de vista social – muito consolidadas. Portanto, nada melhor que fazermos o mínimo possível de intervenção nessa área. Tentamos manter, ao máximo, essa consolidação. Ou seja, as pessoas já têm as suas relações, já têm os seus filhos nas escolas da região. Hoje, mesmo as comunidades, os assentamentos precários, têm um grau de infraestrutura razoável. Uns mais, outros menos, mas temos escolas, postos de saúde e assim por diante.

O objetivo da política de urbanização de favela é tentar consolidar isso. Fazendo o

quê? Como sabemos esses assentamentos precários não só tem um déficit qualitativo em relação à habitação propriamente dita, como também em relação ao tecido urbano.

Então, em geral, eles não têm esgoto, têm alguma situação de risco ou por encosta ou em beira de córrego. Também, eventualmente, têm carência de infraestrutura, falta escola, creche, e assim por diante.

O plano, no quesito urbanização de favela, propõe que permaneçamos com essa política durante o período que for necessário de tal forma que transformemos todos os assentamentos precários em bairros.

Esse é o principal mote da política habitacional hoje. Para fazer isso, precisamos de algumas coisas. A primeira coisa que precisamos é de dinheiro. Como falei, o Município investe um valor significativo nesse trabalho, porém esse valor não permite que façamos isso num prazo ideal ou que seria desejável.

Defendemos, na proposta do plano, que aumente a participação dos outros entes, sejam estaduais, sejam federais, que hoje, graças a Deus, também olham para esse projeto com bastante boa vontade.

Hoje temos o Governo do Estado apoiando em vários trabalhos de assentamentos de favelas e o Governo Federal, pelo PAC, também financiando vários dos projetos que temos. Nesses financiamentos, em geral, temos um mix de recursos que vão possibilitar isso.

Uma vez que consideramos que o Município já está no limite de sua possibilidade em termos de recursos para habitação, propomos que os outros entes governamentais aumentem esse valor.

Segundo gargalo que temos é a questão de terrenos para fazer uma provisão habitacional que é necessária. Queremos manter ao máximo as pessoas nas casas onde estão, mas como todos sabem algumas são impraticáveis por questões de risco e precisamos fazer uma provisão de uma nova habitação. Para isso precisamos de um terreno.

Temos algumas questões que estão sendo propostas no plano e que serão

debatidas na Câmara para tentar ajudar, por exemplo, legislação que permita verticalizar. Quando verticalizamos, colocamos mais habitações num mesmo terreno.

Ao mesmo tempo, temos de cuidar que o condomínio – mesmo quando é baixo, ele existe – seja sustentável. O condomínio precisa ter uma gestão patrimonial e social que seja sustentável. Também estamos investindo em novos modelos, inclusive junto com a Caixa Econômica porque Minha Casa Minha Vida trouxe esse desafio para a Caixa porque aumentou o número de habitações novas no Brasil inteiro num volume considerado. A Caixa Econômica hoje, e o Ministério das Cidades têm essa preocupação. Eles estão em parceria com o Município de São Paulo, com a Sehab, estamos tentando desenvolver um modelo de gestão social e patrimonial que seja possível para as camadas especialmente que têm mais limite de renda. Esse é um outro ponto que será debatido.

Há a questão do dinheiro e do terreno. Depois temos outros programas que são relevantes e importantes, um deles é o programa de cortiço. Hoje, já existe um número de famílias muito grande morando em cortiço, mas nem sempre ele tem a salubridade e a condição física adequada. Então, existe um programa de cortiço, há algum tempo. Hoje o considero muito interessante e está sendo muito bem conduzido. Em geral, os cortiços são privados e o que existe, do ponto de vista do gestor público, é uma atuação para que o dono do imóvel consiga, possa e seja obrigado a executar as melhorias necessárias.

Neste momento, quero falar do aluguel. Hoje, criamos uma cultura no Brasil com relação à casa própria. Todo mundo fala nisso e tal. Mas, não necessariamente, a casa própria é a única ou a melhor solução. Acho que o aluguel, em muitas situações, é até melhor do que a casa própria. A pessoa precisa da habitação, não necessariamente do patrimônio. O patrimônio é uma questão econômica, de distribuição de renda, que também precisamos melhorar e corrigir no País. Independente dessa desigualdade econômica, precisamos garantir que as pessoas tenham dignidade na habitação. Então, o aluguel também pode ser essa política.

Hoje, já temos um volume considerável de recursos aplicados num programa

denominado Parceria Social, que subsidia aluguel para as famílias. Evidentemente, existe uma pressão, porque a Cidade, em minha opinião, é muito boa e isso encarece os imóveis. É a questão da oferta e procura, mais gente quer morar aqui e o preço dos imóveis sobe. Então, existe uma pressão para que aumentemos também o subsídio do aluguel. Porém, como disse, temos uma limitação orçamentária. O Governo do Estado, também, tem esse programa de subsídio à locação, já participa de várias ações destinando recursos para a locação. O Governo Federal ainda não. Gostaríamos muito de estimular isso e, hoje, existe ambiente para que o Governo Federal passe a ter um programa de locação para ajudar a subsidiar as situações locais, porque ninguém mora no Governo Federal e sim na Cidade.

Por fim, nós temos uma ação, não muito fácil, mas que tem nos dado muito prazer e orgulho, de recuperação de edifícios que, eventualmente, estejam vazios, especialmente, na área central, mas não só nessa área. Sempre existiu uma falácia de que tínhamos um volume enorme de edifícios vazios, de residências desocupadas e assim por diante e que deveríamos aproveitá-los. Isso surgiu no censo de 2000 que, pela primeira vez, mediu o número de habitações e o fez de uma maneira, talvez, não tão rigorosa como agora.

Hoje, vemos que existe alguma coisa e, às vezes, o imóvel é comercial, mas pode ser transformado em residencial. Mas não é uma quantidade enorme. Como a nossa necessidade é maior, podemos tentar aproveitar ao máximo. Temos um programa, estamos desapropriando imóveis na área central e estamos estimulando os proprietários com condição ou interesse que o façam diretamente, para que possamos aproveitar todo esse ambiente construído existente, especialmente, em função da infraestrutura colocada onde esses prédios estão localizados. Essa é outra política que temos de fazer.

E também faz parte do nosso escopo, para finalizar, a questão da regularização. Todo esse trabalho, esses imóveis que foram ocupados ou mesmo que foram construídos, nem todos foram feitos de forma regular, como se estabelece na própria legislação que a Câmara dos Vereadores criou, no sentido de aprovar os projetos, tirar habite-se e assim por diante,

depois averbar isso no registro de imóveis.

Então estamos fazendo um esforço enorme na regularização e a boa notícia é que, também nesse item da regularização, existe uma preocupação nas três esferas de governo em melhorar as condições legais e o ambiente legal, para que possamos avançar mais rapidamente, enfim, permitir que as pessoas que já tem um imóvel físico possam tê-lo também juridicamente.

Sucintamente, não sei se fui tão sucinto, mas não poderia deixar de dar uma visão geral dos programas que temos hoje e que defendemos, porque são frutos de uma discussão da sociedade, de um consenso e ainda que tenhamos limitações de várias ordens, defendemos que esse seja um programa, que uma vez validado pela sociedade, tenha sua continuidade e pretendemos fazer isso aprovando o Plano Municipal da Habitação na Câmara dos Vereadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado. Registro a presença do nobre Vereador Jamil Murad e o convido para fazer parte da Mesa.

Passo a palavra à Sra. Rosa Maria Sarsano, representando o Secretário Marcelo Branco.

**A SRA. ROSA MARIA SARSANO** – Bom dia. Meu nome é Rosa Maria Sarsano, faço parte da assessoria econômico financeira da Secretaria de Transportes, pertencço ao grupo que ajuda na elaboração da proposta orçamentária. Estou substituindo o Secretário que por compromissos não pode estar presente. Vou tentar responder e prestar as informações necessárias. O que não estiver de acordo, não atender as expectativas, vamos passar ao Secretário e ele encaminhará a esta Casa a resposta correspondente para as questões que forem apresentadas.

No que diz respeito às metas da Agenda 2012, a Secretaria tem compromisso com a mobilidade urbana na sua maior parte. A mobilidade urbana está compreendida entre a parte

de transportes e trânsito, temos também a parte ambiental em que temos a colaboração da Secretaria na redução de emissão de gases e também na parte de mobilidade para deficientes.

Temos também na parte de transportes a ampliação do Programa Atende, a renovação da frota de ônibus, na parte de transportes, que fizemos um bom investimento.

Também temos a parte de corredores, substituição de abrigos de ônibus. Na parte de Trânsito, temos controle do rodízio para ajudar na redução da emissão de gases.

Temos também a sinalização que fazemos a substituição de placas. Então, também está dentro da Agenda. E todos esses compromissos assumidos com a Agenda estão sendo cumpridos e até 2012, que é o programa de extensão da Agenda, eles estarão sendo cumpridos, terão sido cumpridos todos eles.

Temos, sim, alguma coisa que está ainda em andamento, que é a parte de motofaixas, que está sendo aprimorado o estudo da aplicação de motofaixas, sendo analisada aquela que já está implantada na Vergueiro e está sendo como objeto de estudo para nós para podemos implantar novas faixas em outras vias, vendo a viabilidade de serem implantadas essas novas faixas.

Então, essa meta é que vai ficar realmente, praticamente toda, para mais para frente, para 2012, porque o estudo ainda vai se estender. As demais estarão sendo cumpridas normalmente dentro do que foi programado.

A Secretaria também tem a parte de destaque principal que é evitar, reduzir acidentes. Então, temos visto várias vezes visto, várias vezes, nos jornais, que estão sendo publicadas estatísticas de aumento cada vez maior do número de acidentes, não só com veículos na parte de transportes e trânsito, no caso, mas também com pedestres. Então, estamos fazendo uma campanha que está em andamento e que tem por finalidade reduzir esse número de acidentes e o número de mortes com pedestres.

A Secretaria do trabalho está fazendo um estudo conosco e fazendo um movimento junto nessa campanha e colocando mais operadores nas principais faixas de segurança,

cruzamento, onde há maior incidência de acidentes com pedestres, inclusive. A Secretaria está participando, inclusive orçamentariamente, repassando recursos para que seja implantado, então, um programa para fazer a redução desses acidentes.

A parte de educação de pedestre, educação de trânsito e educação também do pedestre para que atravesse na faixa, para que obedeça à sinalização também está sendo observada e trabalhada intensamente para poder haver êxito nessa campanha, nesses programas.

Temos também a licitação que foi feita agora há pouco para o Procentro que é a instalação de dutos para um sistema de semáforos que vai ser aplicado aqui no Centro da Cidade. É um programa em que vão ser utilizados também recursos do BID.

Essa primeira etapa, que teve como ponto inicial a partir da licitação que terminou de ser realizada e que a empresa ARC é que foi a vencedora, então vai ser feita essa primeira aplicação, estudos e projetos para aplicação desses dutos e monitoramento por meio dos semáforos da parte central. Ele vai ser um plano piloto para, depois, ser aplicado em outros pontos de destaque ou de convergência maior de fluxo de trânsito para poder atender a necessidade de redução também de acidentes.

Aqui na área central, vamos estar com a programação de trânsito mais intensificada.

A Secretaria, junto com a CET, está fazendo programas de intensificação de controle de tráfego e de semáforos para poder ter um programa piloto para depois ser aplicado em outras áreas. Então, essa licitação é o ponto de partida para dar início a esse programa.

Esses recursos que serão utilizados e aplicados agora, nessa licitação que acabou de ser feita, são exclusivamente da Prefeitura. O BID entrará com recursos mais adiante, depois que o projeto estiver mais avançado. A parte do BID é de R\$3.691.865 e a da Prefeitura, de R\$26.880.595,00. Essa primeira etapa, que ficou mais ou menos em 8 milhões, será exclusivamente da Prefeitura, é referente à contrapartida. Ainda não temos mais nada de investimento do BID no momento. O BID entrará mais para frente.

No caso da mobilidade de trânsito, temos também a ampliação da sinalização horizontal e vertical em conjunto com a Coordenação de Subprefeituras. Há um projeto de Recap da maior parte das principais vias da Cidade, e a CET entra com a parte ressinalização dessas vias do projeto de recapeamento. Então, teremos: ampliação da sinalização horizontal, da sinalização vertical; implantação de mais dispositivos de sinalização eletrônica e substituição dos equipamentos de LED. Usaremos equipamentos eletrônicos em substituição aos atuais, com uma tecnologia melhor, mais avançada. Haverá também a instalação de lápis em vários semáforos, ampliando-se o programa de instalação de lápis, que são as leituras automáticas de placa que ficam dentro dos semáforos.

Ouvimos, pela mídia, estes comentários de muitos munícipes: “Não achei o semáforo”, “Estou procurando o radar”, “Já fui multado seis vezes”. E não vão achar mesmo, pois muita coisa está sendo registrada dentro do próprio semáforo, que tem esse dispositivo automático, já conta com essa tecnologia. Por outro lado, o radar não é para ser visto. Se a sinalização diz que é para cumprir aquela velocidade, ela tem de ser cumprida.

Foi feito um estudo e chegou-se à conclusão que a redução da velocidade de algumas vias para 60km/h ajuda a reduzir o número de acidentes. Vamos fazer uma tentativa, e, se isso não for suficiente, novas alternativas serão propostas para que consigamos atingir pelo menos o objetivo.

Na parte de mobilidade de trânsito, cito também a revitalização das câmeras de circuito de tevê nos cruzamentos, principalmente na parte de segurança e à noite, horário em que há mais incidentes. Estão sendo feitos programas de melhorias e aplicação de maior número de câmeras de circuito. Essas câmeras estão, inclusive, auxiliando a Polícia Militar no caso de ocorrências outras que não digam respeito a trânsito, como é o caso de assaltos e explosão de caixas eletrônicos e tudo o mais.

Então, eles estão se valendo muito de nossa central, na Bela Cintra, que cuida dessa parte de câmeras de controle de tráfego. Portanto, elas estão, inclusive, servindo de

auxílio, também, na parte de segurança para a Polícia Militar, e não só para a parte de trânsito.

Temos, também, a parte de implantação de terminais. Aí seria mais a parte de manutenção dos terminais. Temos uma perspectiva de que 2012 será o último ano da gestão. Por esse motivo, a Secretaria está mais preocupada em concluir os projetos que já estão em andamento e aquilo que já está sendo executado, para que possa entregar à próxima Administração, da melhor forma, com competência na execução dos trabalhos que se propôs a fazer. Então, eles estão mais preocupados em concluir os projetos que estão em andamento. Estamos mais focados na parte de manutenção. A parte de implantação é pouca coisa. Portanto, o resultado e a realização cairão na próxima Administração, no próximo exercício. Estamos tendo um acerto, junto ao Estado com a Polícia Militar, para fazer um convênio e estar com elementos, nos terminais, para ajudar nessa parte de fiscalização. Não ficar só a cargo da companhia licitada e contratada pela São Paulo Transportes, porque o número de contingentes ficará muito maior se somado à Polícia Militar.

Essa é a primeira explanação. Portanto, estou aberta às questões.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Muito obrigado, Sra. Rosa Maria.

Se houver concordância, passaremos a palavra ao plenário.

Estão inscritos os Srs.: Fábio Siqueira, Jorge Ferreira Lima, Maria do Socorro Alves, Jerônimo Henrique Neto, Jorjão Máximo.

Tem a palavra o Sr. Fábio.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Fábio Siqueira, munícipe da Saúde. Bom dia a todos.

Saúdo os Srs. Vereadores e todos os presentes.

Foi muito feliz a ideia de juntar essas duas Secretarias, pois existe um número que liga, de alguma maneira, esses dois temas. É o número 51.358. Mas o que é esse número, afinal?

É um decreto de 24 de março de 2010 em que o Prefeito Gilberto Kassab retira uma vultosa conta da Secretaria de Habitação das obras da zona Sul, do M'Boi Mirim, da

Cidade Dutra e do transporte, ou seja, zerando a dotação do Terminal Bandeira, do Terminal Cidade Ademar, uma verba de mais de cinco milhões de reais e passa esse valor para a Secretaria de Esportes fazer unidades esportivas habitacionais.

Esse dinheiro, até o final do ano passado, não voltou para a Secretaria de Habitação. Então já começa um problema. A Secretaria já vai perdendo orçamento no ano passado, uma coisa clara. E é lamentável. Parece que não há demanda na área habitacional. Se quatro milhões são retirados da Habitação para o Esporte dá a entender que a questão da habitação não é prioridade na gestão atual da cidade de São Paulo.

Há outro decreto que retirou quatro milhões mais diretamente da área de esportes da Favela da (ininteligível). Morreram pessoas nas enchentes há dois anos. É o Decreto 51.460. Gostaria de explicações a respeito.

Na área de transportes, cabe-se dizer coisas importantes. Acho que 2010 entrou para a história como o pior ano de gestão da história da Secretaria de Transportes no estado de São Paulo. Por quê? Os dados são muito claros em 2010. Quantas ciclofaixas foram feitas em 2009-2010? 8km, 16km, média de 8km por ano, sendo que a média para 2011 é de 32km e para 2012 é de 31km, ou seja, bem abaixo do esperado.

Ciclofaixa, até menos, 2,5km por ano, a média 2009 e 2010. E realmente se espera no total, se somarmos dá 10,5km em dois anos sendo que a média é 100km para a agenda 2012 nos quatro anos. Se em dois anos só cumpriram 10km, será que vão cumprir os outros 90km? Isso é uma pergunta importante.

Implantação de corredores. Zero corredor o ano passado.

Requalificação de corredores. Zero corredor requalificado.

Terminais urbanos. Zero terminal.

Requalificação de terminais urbanos. Zero terminal requalificado. São dados da própria agenda 2012 disponíveis na internet.

Abrigo para parada de ônibus. Queda de 20% de 2009 para 2010.

Expresso Tiradentes. Sabem qual a dotação de 2010? 150 mil reais. Parou a obra do corredor da Cidade Tiradentes? O que aconteceu com essa obra? Não é mais prioridade? E essa obra desapareceu da LDO em 2012. Não consta mais na LDO 2012 o Expresso Tiradentes. Como explicar? Será que essa obra vai ser paralisada, esquecida? O que dizer para a comunidade de Vila Prudente, São Mateus, Cidade Tiradentes, Sapopemba, Parque São Rafael, Iguatemi, periferia? Essa obra sumiu? Qual a resposta?

E, além de tudo, a Cidade foi brindada com dois aumentos de passagem, em janeiro de 2010 e em janeiro de 2011, ou seja, de 30 centavos em 30 centavos. Portanto, não fizeram nada na área de transporte e ainda aumentam duas vezes a passagem de ônibus de São Paulo. E quando a população vem reivindicar em audiência pública é quase massacrada. Até o Vereador Donato foi agredido em uma das manifestações recentes.

Então, na verdade é um caos o transporte de São Paulo. Não é essa maravilha apresentada aqui. Lamento a ausência do Secretário mais uma vez para explicar tudo isso. Esses zero, zero, zero, zero.

Por fim, na área de habitação, o Jardim Miriam, por exemplo, não está na LDO 2012. As obras do Jardim Quarto Centenário, do Jardim Cantinho do Céu, Cidade Dutra, M'Boi Mirim e Jardim Ângela estão no PPA e não na LDO 2012. Como explicar? Será que serão concluídas em 2011? Por que não está no orçamento de 2012?

Gostaria de pedir encarecidamente à Secretaria de Habitação que prestasse contas, o que não o fez em novembro do ano passado na audiência pública detalhadamente de urbanização de favelas. Foi gasto o ano passado 338 milhões de reais. Para onde foi esse dinheiro?

Quais são as favelas urbanizadas?

A partir do momento em que não é cumprida essa prestação de contas, como muito bem lembrado pelo Vereador Donato, está na Lei Orgânica do Município, tem de estar detalhado nesse orçamento, a população não sabe onde foi gasto.

Programa mananciais: 338 milhões de reais, em 2010. Onde foi? Quais são os mananciais, em que área, Parelheiros, Grajaú, M'Boi Mirim? E outros projetos que realmente são um mistério no orçamento da Habitação.

Por exemplo, em 2006, tinha verba para o Jardim Iporanga, por que a partir de 2009 não tem mais essa verba discriminada no orçamento? A Cidade de São Paulo exige saber para onde está indo a verba de Habitação e Transporte, porque também não estão detalhados os corredores na LDO mandada para esta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Passo a palavra ao Sr. Jorge Ferreira Lima.

**O SR. JORGE FERREIRA LIMA** – Bom dia a todos. Agradeço a presença dos companheiros, agradeço a Mesa, o grande Vereador Jamil Murad, companheiro de longa data. Sou Diretor Tesoureiro do Sindialternativo – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativa do Estado de São Paulo, temos também a presença do Presidente Lima de Menezes e os assessores Júnior e Ronaldo.

Estava ouvindo atentamente a falação dos companheiros, inclusive, do Secretário do Transporte e ouvi falar muito de tecnologia, mas não ouvi falar dos trabalhadores. Hoje, no setor alternativo, temos uma base de 35 mil trabalhadores. O sindicato tem batalhado por intermédio de protestos e até greve, porque os trabalhadores não têm registro em carteira. E eles alegam que com o orçamento da Prefeitura não dá para registrar, porque o orçamento é mais baixo do que o das empresas.

Então faço uma pergunta para a Mesa: se os trabalhadores prestadores de serviço do transporte coletivo urbano de São Paulo de cooperativas estão incluídos no orçamento de 2012, porque a alegação das cooperativas é que o orçamento é pequeno e não dá para registrar o pessoal. O sindicato, representado aqui por sua diretoria, pede o empenho dos Srs. Vereadores, que resolvam esse problema, porque para isso foram eleitos e tem poder para

resolver esse problema e ajudar a categoria de transporte alternativo urbano, que está esquecida há muitos anos e até desmoralizada, porque trabalha sem registro. Pedimos que nos ajudem nessa empreitada para resolver esse problema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado, Sr. Jorge. Passo a palavra à Sra. Maria do Socorro Alves, da ONG Nosso Sonho, de Itaquera.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Bom dia. Sou Maria do Socorro Alves, conhecida por Dona Socorro, da região de Itaquera. Fico muito triste e decepcionada porque, infelizmente, se lembram só do Centro da Cidade. E a nossa periferia parece que não existem. São transparentes.

Habitação. Nossa região, Cidade Carvalho, Conjunto Habitacional Águia de Haia, do CDHU, tem mais de 400 mil pessoas, com uma ocupação monstruosa. Tem, ainda, uma favela. E, agora, só estão falando do Corinthians. Quero saber de nós. Existe uma população que não posso falar que são invasores porque não são de Marte, são do mundo. Mas existe uma ocupação que já está lá há onze anos. Multiplicaram e ocuparam toda a Caititu. Se os senhores quiserem olhar via satélite, verão aquele mundinho entre Imperador, Avenida Águia de Haia e Campanella. Ficamos esquecidos porque ficamos no miolo. Então, temos esgoto a céu aberto. Não temos EMEI. A única escola que temos é de primeiro e segundo graus do Reverendo Irineu e Reverendo Urbano. Não temos nada. Temos uma área que começaram a construir e pararam, e que tínhamos solicitado uma quadra poliesportiva.

Temos um terreno, o Itaquera F4, que estava no projeto, para construir habitação. Na propaganda política tiraram a placa e colocaram não sei aonde. Esqueceram. Já tentaram, por duas vezes, invadir o local. É uma área muito monstruosa. O único argumento que disseram para parar a obra é que a área estava contaminada, e é perto do Circo Escola. Por favor, olhem com carinho.

Sobre o transporte. Meu Deus do Céu! Nossa habitação é próxima à CMTTC, da

Garagem São Miguel. Coitadinhos! Nós, lá, temos bom atendimento, porque a Avenida Águia de Haia cai na Artur Alvim. Andando um pouquinho, cai na Corinthians Itaquera. Dá para ir a pé. Só que, na maioria das vezes, as calçadas são uma calamidade.

É muito bonito quando falam em acessibilidade, mas pelo Amor de Deus! Eu mesma, quase caí hoje. A região tem quase 15% de pessoas deficientes, cadeirantes.

Tiradentes. Meu Deus do Céu! Meu filho mora lá. De vez em quando, quebram 2, 3 ônibus, no terminal novo. Agora, por que os senhores não olham com carinho?

E qual a resposta que os senhores darão para o corredor de ônibus? Digo isso porque todo o mês tem uma reunião na garagem da CMTC.

Digo o que sinto e fico triste porque esta Casa deveria estar lotada com a população. Se contar 14 vereadores que trabalham para a população, será muito. E são 55 vereadores. Só nos enxergam na época da eleição, porque os trouxas, como sempre, são enganados.

Eles não têm conhecimento do seu valor, por isso não o respeitam. Se eles fizessem respeitar, seriam respeitados.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigada, Sra. Maria do Socorro. Tem a palavra o Sr. Gerônimo Henrique Neto, da Associação de Moradores do Jardim Edite, Conselho Gestor de Operação Urbana Águas Espriadas.

**O SR. GERÔNIO HENRIQUE NETO** – Bom dia a todos. Vereador Francisco Chagas, o Jardim Edite parou de ser torturado, mas a tortura para não construir, para diminuir a área, ainda continua.

Foi licitada uma área de 17 mil metros. Hoje, 3,5 mil metros não podem ser utilizados por motivo de interesse social. Eu quero que o Secretário explique o motivo de Elisabeth França ter feito um acordo com 16 moradores vizinhos, área de 6 mil metros, de onde saíram 82 famílias para construir. Hoje não se pode construir lá pelo acordo que a Sra.

Elisabeth França fez com os proprietários. Isso foi divulgado na reunião do Conselho Gestor.

Eles querem vender aqueles 3,5 mil metros. Já a incorporadora só compra os 6 mil metros, e por isso tem um acordo na justiça para que fossem utilizados os 3,5 mil metros para fazer um restaurante-escola e a área verde para lazer.

A revista *Rolling Stones* divulgou uma reportagem da Sra. Elisabeth explicando que não vai fazer lá porque há terreno para desapropriar. Pela lei, a Prefeitura não é obrigada a desapropriar esses 16 proprietários porque eles não querem. É problema deles que moram lá há quase 50 anos.

É essa a explicação que eu espero do Secretário de Habitação, porque há um interesse mais imobiliário porque vão construir prédios de 17 andares, e a área de lazer das crianças será em cima do equipamento público, onde haverá creche, posto de saúde e o restaurante-escola. Em cima do teto é onde será a área de lazer das crianças, justamente por não poder utilizar a área de 3,5 mil metros. Esse foi o acordo feito com os proprietários. Isso é um absurdo.

E por que há moradores do Jardim Edite recebendo o auxílio-aluguel de 300 reais há quatro anos. Hoje estão pagando 550 reais e a Secretaria não pode reajustar o valor. Eles têm de ficar nesse aluguel social cinco, dez anos, ninguém sabe o quanto, porque o interesse de construir as moradias é muito pouco. Fala-se muito de projeto de moradia, mas não há nenhuma favela que tenha sido urbanizada concretamente.

A Operação Urbana Água Espriada foi aprovada para urbanizar as favelas da região, para 8,5 mil famílias. Hoje se trata de assentar 4 mil. E o restante? “Nós vamos ceder para o CDHU”.

O CDHU vai assumir 6 mil? Onde? Dentro do perímetro da Operação Urbana não pode ser. E será onde? A Secretaria não explica para ninguém onde serão assentadas essas famílias. E já estão cadastradas 8,5 mil. Mas eu acho que já existem mais de 12 mil famílias dentro do perímetro da Operação Urbana.

E por que o Sr. Prefeito tirou 12 milhões, como o Vereador Donato questionou, da Operação Urbana para evento da Formula Indy? E não aplica na moradia. Foram cadastradas 274 famílias do Jardim Edite, e a Secretaria só pode assentar 250. E o resto? Eles deram opção para ficar no Jardim Edite através da Justiça.

Se não fosse a Justiça, não existiria mais o Jardim Edite. Tivemos ajuda do Vereador Francisco Chagas, da Câmara Municipal, da Defensoria Pública, do Ministério Público. Mesmo assim estão mudando a cada dia que passa. O projeto que está na placa da obra não é o mesmo que está sendo executado no Jardim Edite. Eu quero essa explicação do Secretário, se o acordo feito com a Justiça será cumprido, porque se não cumprir eu acho que é um desrespeito com a população e com o juiz.

Nós já estamos pedindo nova audiência ao juiz para que explique melhor essa situação, como resolverão o problema das famílias da Operação Urbana Água Espriada, porque estão vivendo lá como ratos.

E hoje se fala somente em gastar 1 bilhão para fazer o parque linear e mais de três mil metros de túnel. E na Operação Urbana só construirão 400 metros no final da Imigrantes. Essa é a minha questão para a Secretaria.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas)** – Obrigado. Como já havia informado no início, peço licença para me retirar porque tenho outro compromisso, mas quero agradecer desde já a presença do Secretário, da Sra. Rosa.

Passo a presidência dos trabalhos ao Vereador Aníbal de Freitas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Bom dia a todos. Tem a palavra o Sr. João Máximo.

**O SR. JOÃO MÁXIMO** – Bom dia. Eu quero pedir que o Secretário explane um pouco mais sobre a proposta da Secretaria com relação aos cortiços, que só reformar cortiço

acho que não é uma boa proposta.

Há alguns anos, existia uma proposta ao pessoal do cortiço, por exemplo, aqui do Centro. Aqui na Liberdade existem muitos cortiços, não sei se o senhor já teve a oportunidade de andar por lá, eu ando muito por lá, e houve a proposta de retirar esses cortiços, dando outras moradias a eles, recuperando a região que, de certa forma é até perigosa em certos horários. Então, quero uma explanação um pouco melhor a respeito dos cortiços.

Em relação ao transporte, como está sendo a integração do Governo Municipal com outros governos na questão da ampliação da rede de transportes de corredores, com relação à ampliação das alternativas de transportes, como o metrô, como está essa parceria do Município com outros governos para melhorar a relação do transporte na Cidade?

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Tem a palavra o Sr. Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** – Bom dia. Sou Assessor do Vereador Ítalo Cardoso e tenho três perguntas para a Sra. Rosa Maria.

A primeira é sobre a mobilidade urbana: o que a Prefeitura tem feito concretamente no que diz respeito à mobilidade urbana para a recepção dos eventos esportivos. A segunda pergunta é sobre os corredores de ônibus: quantos corredores de ônibus exclusivos para ônibus teremos até o final dessa gestão?

E a terceira pergunta é com relação à frota: qual a estimativa de tempo para que toda a frota seja adaptada às pessoas com deficiência física?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Agora vamos passar para a nossa mesa nobre Vereador Donato.

**O SR. DONATO** – Várias das questões sobre as quais queria falar já foram abordadas.

Primeiro, uma consideração geral, que tenho feito para todos os Secretários. É um problema da Lei Orçamentária, que é pouco específica, as dotações são genéricas. Isso vale para canalização de córregos, construção de escolas, e, também, para as questões de habitação e de transporte.

Quando se fala em corredores, é bom que se diga quais corredores; quando se fala em terminais, quais terminais; quando se fala em programas habitacionais, aonde eles vão acontecer.

Isso, sem dúvida, permite que a população se aproprie e acompanhe melhor o orçamento, inclusive, nós mesmos, no nosso papel de fiscalização. Mas, principalmente, para a população é importante que seja mais detalhada. No passado, foi detalhado, mas, nessa gestão, tem sido agregado, condensado em grandes rubricas genéricas.

Parece-me que não deve existir nenhuma dificuldade técnica maior porque a Secretaria sabe o que ela vai fazer, para aonde irão os recursos.

Evidente que sabemos das contingências da Administração Pública, dos problemas que podem ocorrer e que essa ou aquela dotação seja remanejada, mas isso pode ser feito com clareza e transparência, pois faz parte do processo administrativo.

Isso vale para o Transporte, para a Habitação e para todas as Pastas.

Agora, Secretário, gostaria que o senhor nos dissesse algo que nos preocupa bastante: qual o número de famílias, hoje, no programa Bolsa Aluguel? A informação que tenho é de que são por volta de 15 mil famílias, e esse número é crescente.

O programa Bolsa Aluguel prevê que a pessoa fique nele por 30 meses até ter a sua demanda habitacional atendida.

Se não existe produção de moradias programada para atender a essas famílias, temos uma bomba-relógio que – não em 30 meses, mas 18 ou 20 meses – explodirá na próxima gestão, qualquer que seja ela. Ou se renovar o Bolsa Aluguel... Se forem 15 mil famílias, estimo que sejam quase 50 milhões por ano, um volume de recurso bastante alto.

Isso preocupa bastante, porque é evidente que o senhor explicou que tem uma política de urbanização de favelas – que todos somos a favor -, mas é necessária uma política de produção de moradia também, com todas as dificuldades da cidade de São Paulo, do custo do terreno, mas é necessário um esforço nesse sentido.

Gostaria que o senhor falasse dessas questões em relação à moradia.

Qual é a dinâmica Sr. Presidente? Faço a pergunta, também, para o Transporte?

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Está sendo adotado o procedimento de todos fazerem as perguntas e, depois, eles respondem.

Se quiser perguntar para a D. Rosa?

**O SR. DONATO** – Só mais uma pergunta para o Secretário. O Fundo de Saneamento?

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Nobre Vereador, vamos fazer assim: só para o Secretário, porque ele tem outro compromisso. Ele responde a todos e, depois, a D. Rosa. Assim, não se perdem as perguntas.

**O SR. DONATO** – Pois não.

O Fundo de Saneamento já tem recursos. Eles estão sob a gestão do senhor. Como serão aplicados esses recursos?

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Vereador Jamil tem alguma pergunta sobre habitação?

**O SR. JAMIL MURAD** – Tem para ela, dos Transportes.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Vamos deixar para depois então.

Passo a palavra ao Secretário.

**O SR. LUIS RICARDO PEREIRA LEITE** – Obrigado. Sigo a ordem das perguntas?

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** – Seria o ideal, em respeito a todos aqui.

**O SR. LUIS RICARDO PEREIRA LEITE** – Vou começar pela pergunta feita pelo Fábio Siqueira.

Bem, Fábio, os 4 milhões de reais que foram remanejados, como o Vereador Donato falou, se foram remanejados é porque existe previsão legal para fazer isso. Mas, entrando no mérito da questão em si, não na questão legal, queria lidar com a informação seguinte: 4 milhões em 1,1 bilhão, que foram aplicados no ano passado, é, mais ou menos, 0,3%, quer dizer, é um número desprezível.

Acho que mais importante do que isso, no ano passado, fizemos uma parceria nova com o Governo Federal, que não está prevista no Orçamento, mas que trouxe recursos para habitação extraorçamentários, da ordem de 300 milhões de reais, dentro Programa Minha Casa Minha Vida. Quer dizer, recursos que foram, a Prefeitura fez o Minha Casa Minha Vida para poder se viabilizar, precisava de uma parceria, porque a Prefeitura está dando o terreno e o Governo Federal está dando a construção. Então, estamos ultimando as assinaturas em torno de 6 mil unidades, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Seis mil vezes 52, que era o valor que o programa aportava, dá, mais ou menos, 300 milhões. Então, que bom que estamos no lucro, está certo? Retiramos quatro, mas pusemos 300.

Em relação ao Jardim Miriam, foi prevista, sim, a dotação. A obra está em andamento e vai ser feito o remanejamento para poder atender a obra. Mas é uma obra que já foi licitada, ela está em andamento, não precisa se preocupar, que vai ser feita.

As questões orçamentárias que você coloca, talvez eu não seja a pessoa mais competente para resolver, para responder, porque são questões técnicas da Secretaria de Planejamento. Não sei se você esteve, mas parece que já foi há alguns dias a presença aqui do Secretário. Acho que essas perguntas tinham de ser talvez mais bem colocadas a ele.

Então, mas quanto à questão da prestação de contas, acho que há coisas que estão sendo pouco valorizadas e que são muito importantes. Estamos colocando na internet todos os pagamentos que são feitos todos os dias, por todos os órgãos da municipalidade, tanto das Secretarias quanto das empresas. Assim, acho que não há melhor prestação de contas do que essa, com todo o respeito. E hoje já estamos também, para tornar bastante transparente, na

Habitação, estamos colocando no *site* os nomes das pessoas que estão sendo atendidas para que toda a população possa fiscalizar todos os atendimentos habitacionais que estão sendo feitos. Obviamente, queremos o máximo possível de transparência. Às vezes, os assuntos são muito técnicos e nem todo mundo é versado em todos os assuntos - eu mesmo não sou. Então, pode gerar dúvidas etc., mas acho que não existe preconceito, estamos aí para tentar esclarecer tudo o que for possível.

Respondendo para a Maria do Socorro, em relação ao Caititu e outros, queria agradecer. Até você me deu a oportunidade de falar uma coisa que eu havia omitido em minha fala inicial, o seguinte: o PMH tem como uma de suas partes um *site* chamado habisp.inf.br - estão todos convidados a navegar por esse *site*. Nele temos todas as informações relevantes relativas aos assentamentos na cidade inteira. Então, temos todos. Por exemplo, se clicarmos lá na Favela Caititu - é isso, Teresa? -, está lá a favela, vão constar quantas famílias moram, qual é a situação dessas famílias, o que vão fazer com elas e, em breve, muito breve, nós veremos quando, dependendo do plano que está sendo encaminhado aqui para ser aprovado pela Câmara.

Esse critério de quando está sendo definido com base em quatro critérios técnicos, que são: índice de risco, que tem peso três; necessidade de infraestrutura, que tem peso dois; índice de vulnerabilidade social, que tem peso 1, e índices de saúde, que tem peso 1. Então, a eleição de qual é a prioridade em relação ao atendimento será um critério técnico, que não será manipulado por ninguém, quem quer que seja. Vamos ter de respeitar a efetiva necessidade das pessoas. Eu não conheço, obviamente, são 1.500 assentamentos precários. Não sei dizer todos de cabeça. Não sei lhe dizer agora do Caititu, mas nos comprometemos, depois, como a Teresa Helen (?) está presente, ela poderá falar especificamente para você e lhe dar uma notícia aí.

Em relação ao Sr. Gerônimo, provavelmente ele não vai se lembrar, mas ele é bem mais famoso do que eu e, então, lembro-me de que tive uma reunião com ele em 2005 e nunca

mais estive assim conversando pessoalmente com ele. Estou vendo que você quase não envelheceu, acho que você está bem conservadinho em formol e tal e eu já estou bem mais... Naquela época, fiquei, por um ano e um pouco, no governo. Era diretor da Cohab e voltei agora em 2009. O Jardim Edite era uma favela, com todas suas dúvidas e incógnitas. Não havia ainda o plano delineado do que seria feito lá. Quando voltei, agora, fiquei muito feliz ao ver que a situação toda tinha se resolvido e tinha se equacionado. Hoje a obra está sendo conduzida. Não sei qual é a confusão que está sendo feita, porque os equipamentos e a obra em si, o projeto, foram discutidos com a população. Então, por exemplo, o Restaurante Escola foi uma demanda da população, porque, lá na Habitação, não tínhamos tanta criatividade para falar: “Vamos fazer um restaurante-escola”. Foi uma demanda da população, que pediu o Restaurante Escola. Diferente do que você colocou, ele será executado. Ninguém seria irresponsável. Podemos lhe mostrar, não há problema.

—  
- Manifestações na galeria.

**O SR - LUIZ RICARDO PEREIRA LEITE** – Estão colocando aqui que... Depois, você pode procurar os técnicos, eles vão lhe mostrar o projeto. Evidentemente, não estamos lá fazendo esse projeto para nós, pessoalmente. Estamos fazendo para a comunidade, baseado em vários fatores, que nos levaram a definir o plano como está. Não temos interesse em executar algo diferente do que está planejado.

- Manifestações na galeria.

**O SR - LUIZ RICARDO PEREIRA LEITE** – Reconhecemos o Poder Judiciário como Perder legítimo e gostamos de respeitar as decisões judiciais.

- Manifestações na galeria.

**O SR - LUIZ RICARDO PEREIRA LEITE** – Tudo bem, achamos que estamos respeitando. Então, se vocês não acharem, podemos encontrar um fórum adequado, para ver quem está certo. Mas, enfim, estou lhe dando uma satisfação e me comprometendo a mostrar o projeto. Outra coisa, acho que precisamos também ser um pouco cuidadosos nas

declarações. Quando você falou que não há nada de urbanização de favelas também é uma oportunidade para dizer que o processo de trabalho da urbanização de favelas não é uma coisa pontual, é um trabalho extremamente complexo, que envolve desde as questões sociais até as questões de saneamento e de infraestrutura, chegando até a questão habitacional.

Hoje nós estamos beneficiando, neste Governo, 200 mil famílias, num total, quando o Governo houver concluído, de 800 mil nesse programa. Basta irmos às comunidades para vermos o trabalho que está sendo feito. Há ainda muito a fazer. Espero que continuemos com esse trabalho.

Sr. João Máximo, há o Programa de Cortiços. Os cortiços, como estão, não podem continuar. É preciso haver uma intervenção. Em muitas situações, há a recuperação da área como um todo e uma edificação nova é mais adequada. Estamos na iminência de fazer licitação de um primeiro projeto, que vai justamente nessa linha, o Nova Luz, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano está fazendo, que visa justamente a fazermos um redesenvolvimento de uma região considerável. Temos 48 quadras lá e aí oferecendo novas moradias e outros equipamentos, que estão sendo feitos. As duas coisas avançam no sentido da melhoria. Talvez uma seja mais bonita e a outra, mais barata, mas as duas agregam valor, na minha opinião.

O Vereador Donato fez uma primeira colocação técnica. Sei que S.Exa. é um profundo conhecedor dessa questão orçamentária. Trabalhei numa área de orçamento de banco em 1982. Acho que já deve ter mudado tudo de lá para cá, fora que era um banco, não um órgão público. Nem de longe conheço o Orçamento com a profundidade que o Vereador conhece. Não me sinto capaz de responder.

**O SR - DONATO** – Só para dialogar: mas, de toda forma, os senhores têm os dados do que os senhores farão. Eles são enviados para a Sempla, que organiza o Orçamento. Sempla ou... Esqueci o nome, mas, enfim, ...

**O SR - LUIZ RICARDO PEREIRA LEITE** – Exatamente isso, Vereador. Nós,

evidentemente, propomos o valor.

**P** – Os senhores detalham para a Sempla?

**R** – Com certeza, e, eventualmente, propomos mais até do que se consegue, porque pedir é pedir muito. Encaminhamos, mas, evidentemente, temos de compatibilizar com todas as necessidades da Cidade. Eventualmente, alguma coisa é priorizada em detrimento da outra, mas encaminhamos. Não estamos falando de uma peça de ficção. Para chegarmos ao número, precisamos ter um planejamento físico de execução, que, às vezes, sofre alguma adaptação necessária, ao longo do processo, seja por mudança do ambiente externo, seja por questões legais colocadas. Há mil fatores que fazem com que as coisas sejam dinâmicas.

Em relação ao aluguel, o nosso programa chama-se Parceria Social. Ele não é um programa meramente de aluguel. Junto com a questão do subsídio à locação, ele incorpora algumas questões sociais também, exigidas como contrapartida, em relação às pessoas terem seus filhos matriculados em escolas e em relação a uma série de coisas. Embora seja por 30 meses, não há nenhuma restrição para não ser renovado. Ele pode ser renovado.

O aluguel é uma forma de provisão. Por que digo isso? Há pessoas que vivem de aluguel. Com pessoas de baixa renda, isso ocorre em maior índice do que com pessoas de alta renda, na proporção. Elas já têm a solução física resolvida. O que elas não têm é a propriedade, mas elas têm uma habitação. Isso também faz parte do Plano Municipal da Habitação. Muitas pessoas comprometem um valor excessivo em relação ao que ganham, pagando aluguel. Então, no plano, também colocamos essa proposta para que esse subsídio... Porque aí é uma questão econômica, não é uma questão de habitação. Há pessoas que não ganham o suficiente para comprometerem só 30% de sua renda. Estamos diligenciando bastante essa questão no Governo Federal, para aumentarmos, o máximo possível, a base de recursos para o Programa de Locação. Hoje há 13 mil famílias, mas estamos produzindo, sim, um número maior do que esse de habitação. Porém, a nossa prioridade está de acordo com a política do Minha Casa, Minha Vida, as áreas de risco. Pessoas que foram atendidas em área

de risco, que estão no Programa de Parceria, serão prioridade. No Programa de Parceria, hoje, há, mais ou menos, 3 mil pessoas. No programa de Aluguel Social, que é um aluguel emergencial, estamos migrando. Estamos passando todo mundo para o Programa de Parceria, porque o Aluguel Social - que, às vezes, atende, por quatro ou seis meses, as pessoas - pode gerar alguma insegurança. Ele é feito, às vezes, por questões operacionais, mas ele gera... A pessoa fala: “Será que, daqui a quatro ou seis meses, a Prefeitura vai continuar me atendendo?” Então, no Programa de Parceria Social, ele tem 30 meses de horizonte. Achamos que é um programa mais adequado. Estamos investindo nisso. Já estivemos, em Brasília, pedindo para o Governo Federal também nos apoiar nesse programa.

Quanto ao Fundo de Saneamento, neste ano, há uma previsão, no Orçamento, de 320 milhões, mais um pouquinho do ano passado. Esse Fundo de Saneamento foi feito porque é uma contrapartida que a Sabesp dá ao Município, por fazer o fornecimento de água e esgoto do Município. Ele está sendo usado para melhorar as condições de saneamento. Ele é usado, essencialmente, no Programa de Urbanização de Favelas e no Programa Mananciais, como fonte de recursos adicionais para o trabalho de urbanização de favelas. Essencialmente, é isso o que estamos fazendo no Fundo de Saneamento. O fundo já está em operação, já começou a aplicação de recursos, já investiu uma parte dos recursos. Já recebemos, mais ou menos, uns 150 milhões da Sabesp – é isso, Fred? Parte disso já foi investida em urbanização de favelas.

Acho que é isso essencialmente o que tinha a falar.

**O SR. Presidente (Aníbal de Freitas Filho)** - Bem, todos satisfeitos, já foram respondidos e tudo mais? (Assentimento) Então, agradeço ao nosso Secretário, Dr. Luiz Ricardo Pereira Leite, pela sua presença e seus esclarecimentos. Como sei dos seus compromissos, vamos liberá-lo.

Vamos passar agora para a Sra. Rosa Maria Sarsano.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato, que eu havia interrompido naquela hora, para suas perguntas à Sra. Rosa.

**O SR - DONATO** – Dra. Rosa Maria, me perdoe, mas qual é a sua função na Secretaria?

**A SRA. ROSA MARIA SARSANO** – Trabalho na Assessoria Econômico-Financeira, onde sou Assessora. Eu faço a elaboração do Orçamento, participo na elaboração do Orçamento: faço a conciliação das informações da CET, da São Paulo e da Secretaria e encaminho a Peça para a Sempla. Estou tentando passar essa parte técnica, então, direta, da CET e da São Paulo, dentro daquilo que eu tenho conhecimento. Mas...

**P** – Não, com todo o respeito à senhora, entendo a sua função, mas a senhora não está numa posição de decisão.

**R** – Não, exato. Dependo dos superiores, do Secretário.

**P** – Nem o Sr. Secretário, que não pôde vir, nem o Secretário Adjunto. Lamento, porque as questões que queremos fazer talvez a senhora não tenha... Não sejam da sua atribuição.

**R** – Não é da minha atribuição.

**P** – Pois é, Mas, de toda forma, registro algumas questões. Há, mais ou menos, um mês e meio ou dois meses, convidamos e estiveram presentes, nesta sala e nesta Comissão, um representante do Metrô e da própria Secretaria Municipal de Finanças. Chegamos à conclusão de que o Metrô recebeu, até hoje, 942 milhões de reais. Há duas promessas, uma de 1 bilhão de reais, da primeira gestão, e mais 1 bilhão, na segunda gestão. Então, são 2 bilhões de reais e não 1 bilhão. Nem o primeiro bilhão foi completado, segundo dados do Metrô. Inclusive, ele informou que recebeu 940 e gastou 500 e pouco. Ou seja, nem o primeiro bilhão foi completado. Está, no Plano de Metas, a promessa de mais um bilhão para o Metrô. Os 700 milhões que foram passados, no ano passado, completam aquele primeiro 900 e poucos milhões. Gostaria de saber a previsão para o ano que vem em relação ao Metrô. É de 250 milhões? É isso que está na previsão da LDO?

**R** – Na LDO, é.

**P** – Então, não vamos chegar nem perto dos 2 bilhões, prometidos nos dois mandatos.

Em relação à implantação de corredores de ônibus, qual é a meta estabelecida?

**R** – Não tenho essa informação. No total de corredores, para 2012?

**P** – Sim.

**R** – Teria de ver cada um separado. Foram-me passadas as informações separadas. Então, para dar um total, eu fico... Posso passar depois.

**P** – A senhora não tem a meta de recursos que serão aplicados?

**R** – Do total, não. V.Exa. quer saber se tenho a informação de quanto será aplicado em 2012?

**P** – Sim.

**R** – Tenho as informações por corredor, por melhoramento. V.Exa. gostaria de obter informações sobre o total?

**P** – Gostaria de saber quais os corredores que serão implantados. Essa informação a senhora não tem?

**R** – Não, tenho os corredores, eu tenho quais são.

**P** – Quais são?

**R** – Quais são os corredores que vão estar sendo... (Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

**P** – Não, aí são os terminais.

**R** – É.

**P** – Estou perguntando sobre os corredores. No Plano de Metas, há meta de 66km de corredores.

**R** – Sim.

**P** – E não foi feito nada. Então, para o ano que vem, o que está previsto e quais são?

**R** – Não tenho informações sobre essa parte técnica. Posso trazer isso depois. Vou anotar e pedir para o Sr. Secretário me passar as informações.

**P** – Nobre Vereador Aníbal de Freitas, houve aqui uma outra situação parecida, quando o Sr. Secretário Municipal de Educação não pôde comparecer, pediu para alguém da sua Assessoria que comparecesse, mas ela nos informou que ela não estaria preparada para esse debate. Parece-me a mesma situação.

Qual procedimento foi feito? Foi de remarcar com alguém que possa responder pela Secretaria.

**R** - Isso.

**P** - Porque eu entendo a sua boa vontade e agradeço a sua presença, mas...

**R** - É, alguma... por exemplo, sobre o Metrô eu tenho como passar.

**P** - Mas as questões das decisões políticas, aí tem de ser o Secretário ou o Secretário Adjunto.

**R** - Decisões políticas, é.

**P** - Até porque todos os outros - e tivemos hoje os Srs. Secretários de Habitação e outros Secretários presentes.

Tivemos hoje o Sr. Secretário de Habitação e outros Secretários presentes. Em respeito a esta Comissão, seria importante que tivéssemos o Secretário ou o Secretário Adjunto o Chefe de Gabinete, mas...

**R** - É.

**P** - ... Num nível de comando da Secretaria.

**R** - Por exemplo, a parte do Metrô que o senhor está precisando na resposta, eu tenho. Algumas questões que foram passadas aqui e apresentadas, eu tenho resposta.

Agora, nesse particular aí que o Sr. pediu, dos corredores, especificamente quais, esse aí é que eu não tenho.

Então, eu poderia anotar para o Secretário para ele passar, porque faz parte do

plano de Governo.

Então, eles têm reuniões do secretariado junto com o Prefeito, decidem...

P - Não, eu entendo o papel da senhora.

R - E são coisas que não são passados.

P - É evidente.

R - Exatamente.

P - É por isso que eu acho, Vereador Aníbal, que, da minha parte, eu não faria mais perguntas e pediria que a Secretaria comparecesse novamente por meio do Secretário ou do Adjunto, numa outra data a ser demarcada, como foi o procedimento no caso da Educação.

R - Tenho uma informação aqui que é geral da implantação de corredores, que está no Plano Plurianual.

P - Essa eu tenho.

R - Essa que o senhor tem, não é? Que é Santo Amaro, Grajaú, Campo limpo, Rebouças.

P - É, mas houve mudanças. É por isso que...

R - Se houve mudanças...

P - Essa é uma informação antiga, não é?

R - É. Então, essa informação é que já está...

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas Filho)** - Vereador, vamos tentar uma nova investida, um convite, OK? (Assentimento) Tudo bem.

Então, Vereador Jamil.

**O SR. JAMIL MURAD** – Bom dia, Srs. Vereadores Donato, Aníbal e à representante Rosa, da Secretaria de Transportes, não é?

Eu concordo com a observação feita de que é necessário que alguém representando a Secretaria consiga manter um debate, um diálogo aqui para darmos um passo adiante, porque o problema de transporte na Cidade é muito importante, é uma aflição dos

paulistanos e é uma Secretaria que trata do transporte, da mobilidade urbana, e que não depende só do Governo Municipal, porque há uma parte do sistema, Vereador Donato e Vereador Aníbal, que depende do Governo Estadual.

Agora, foi aprovado, na Assembleia Legislativa, a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. Então, acho que contribui para uma integração maior, porque uma parte dos usuários do sistema de transporte vem de Ferraz Vasconcelos ou de Taboão ou de Guarulhos. Muito bem. Então, vai haver uma contribuição integrada, a nível técnico e também financeiro, dos Governos Federal, Estadual - que é o responsável pelo Metrô, é responsável pela CPTM - e Municipal. Com essa integração dos aspectos técnicos e financeiros para contribuir na solução dos problemas, podemos resolver com mais facilidade, com menos dificuldade o que temos aí.

Acho que o corredor de ônibus, quer dizer, a via exclusiva para ônibus, é a aplicação da política de que o transporte coletivo deve ser prioritário em relação ao individual. O corredor de ônibus ou a via exclusiva para o ônibus significa dar prioridade para o transporte coletivo. Essa é uma política que precisa ser implantada. Precisamos resolver os problemas aqui, implantando várias políticas para dar conta da necessidade dos paulistanos.

Então, é esse o problema do corredor de ônibus. Não há como menosprezarmos essa solução, não há como deixarmos de lado essa solução. Ela precisa ser implantada.

Outro aspecto que eu queria colocar é quanto ao o problema dos acidentes e atropelamentos. Os atropelamentos respondem por 50% das mortes no trânsito. Sou da Comissão de Transportes e acho que ter o controle de velocidade oculto é uma política errada. Nós devemos educar ou intimidar, mostrar que não vai ter impunidade se o motorista passar num determinado trecho em alta velocidade. Se ficar oculto, ele será punido no bolso. Mas se ele está com pressa, atrasado e acelera, acha que nada vai acontecer. Aí ele será punido no bolso. Com essa atitude, o motorista pode atropelar e matar alguém. Então, deveria ser uma política em que se conhecesse o local onde está havendo o controle de velocidade. São muitas

vidas. Isso ocorre dentro da Cidade, também em estradas estaduais e federais.

Estava com meu *iphone* e vi uma matéria se referindo ao Sr. Governador que estava na região de Barretos. Existe um trecho de 40 quilômetros em uma rodovia que, só neste ano, já morreram em torno de dez pessoas. Existe uma campanha em que serão colocadas mil cruzeiras naquele local. Estou interpretando que esse número seja em função da somatória de mortes durante a existência dessa rodovia. Quer dizer, é uma carnificina. Ou se colocam guardas rodoviários ou mil outras coisas, o que não podemos aceitar é que continue morrendo tantas pessoas. É uma pista simples, tem de ser duplicada. Enquanto isso não acontecer, tem de se tomar outras medidas.

Dentro da Cidade, ocorre o mesmo. Não temos de multar escondido, é colocar os controladores de velocidade visíveis e avisar: “Aqui se você passar de tal velocidade, você vai ser punido.” A sensação da punição, mesmo que o motorista esteja com pressa, ele terá um forte motivo para não transgredir a lei. Quem acaba ganhando é o transeunte, o pedestre, que tem a sua vida salva. Isso é política pública correta.

Vou tomar algumas medidas junto ao Executivo para mudar essa política. Em vez do controle ser oculto, que seja visível.

Era esse o comentário que eu queria fazer.

O metrô é essencial, sou um defensor dele. A rede metroviária é pequena, com 70 quilômetros. Deveria ser, no mínimo, de 200 quilômetros. Mas, não é de competência do Governo Municipal, ele contribui, como já foi comentado. Acho que a meta de dois bilhões deve ser cumprida. Deveríamos contribuir, porque vai ajudar o transporte da Cidade. Devemos fazer um esforço junto ao Governo Federal para que contribua e ajude esses brasileiros que moram nesta Cidade. Se os três Governos aplicarem dinheiro, conseguiremos aumentar a rede de maneira mais rápida.

Falei sobre os corredores de ônibus e os trens metropolitanos? Quando ele é de boa qualidade, pontual, seguro, agradável para se andar e com preço acessível, as pessoas se

sentem confortáveis. Não aquele trem que, de tempos em tempos, bate e mata muita gente. Mas aqueles controlados por computador, como é o metrô, de tal forma que integrando uma rede de trilhos pela CPTM, pelo metrô e a faixa exclusiva de ônibus, o corredor, teremos os três pilares para resolver o problema e amenizar essa situação dramática.

Hoje sou da Comissão de Transportes e acho que nós temos de discutir permanentemente sobre isso. A população deve conhecer tudo isso para saber pressionar, cobrar. Não é deixar que alguns técnicos dominem aquilo, de tal forma que o governante fique na contramão quando defender um ponto de vista, sendo que todo mundo pensa o contrário. Isso ajudaria a superar as dificuldades de hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** - Obrigado, Vereador pela sua colaboração.

Tem a palavra a Sra. Rosa.

**A SRA. ROSA MARIA SARSANO** – Começarei comentando sobre o assunto citado pelo Vereador. No caso do controle de velocidade, quando mencionei sobre aqueles dispositivos que têm dentro dos semáforos, eles são de uma tecnologia bem avançada, porque não controlam apenas velocidade. Eles registram falta de cinto de segurança também, rodízio, inclusive a velocidade.

Nas vias em que a velocidade tem esse tipo de controle, existe sinalização avisando. Como o Denatran exige a colocação de uma placa a 300 metros antes do dispositivo, ela já é um elemento informativo que dá condições do usuário da via ter consciência de que está sendo fiscalizado.

O programa de educação do trânsito, que a CET se dedica bastante no caso da sinalização, procura com que haja uma redução de infrações. A nossa perspectiva é de que cada vez mais haja uma redução de infrações, pela consciência do próprio cidadão que está usando a via. Assim, ele pensa em não correr porque está sendo sinalizado, tem um radar ou

vai ser multado. Não! Mas pela consciência do bem comum que ele estará fazendo, não matando tanta gente, como o senhor falou que é uma carnificina. Então, por bem do pedestre, do próprio usuário, evitando acidentes, principalmente, de motos que aumentaram demais do ano passado para cá. O controle da velocidade beneficia tudo isso. Não só da velocidade, mas também dessas outras normas que foram impostas, como o uso do cinto de segurança.

**O SR. JAMIL MURAD** – Por favor, só um aparte. Quer dizer, a senhora levantou a questão da moto. Como o trânsito é congestionado, a moto é mais acessível financeiramente e tem o financiamento mais fácil, como para tudo e para a moto também, as pessoas veem um meio de trabalho através da moto.

Então, o que cabe ao Poder Público? É a motofaixa? Seria o ideal enquanto não se implanta a motofaixa em todos os lugares que necessita, temos de aplicar outras medidas para eles não serem vítimas como estão sendo. Tem de aplicar outras políticas senão...

**A SRA. ROSA MARIA SAZANO** - Temos vias que são tomadas como vias obrigatórias dos motociclistas, foi tentado fazer um remanejamento quando tentou-se tirar da 23 de maio, passar para Vergueiro e tudo o mais. Muita coisa não foi aceita pela própria classe então parece que tem de andar naquela via, mas muitas vezes a via não comporta ter uma faixa exclusiva de moto, já não tem dimensão para isso. Já tem um corredor de ônibus na via, é o caso da Rebouças, já tem um corredor de ônibus na via, já tem duas pistas de carro normal, para colocar um via de moto fica mais difícil ainda.

**O SR. JAMIL MURAD** – O problema é que vejo muito a CET com a função punitiva, o pessoal do caderninho multando. Acho que deveria o cidadão que é funcionário da CET exercer a função, mas equilibrar com a função educativa e de representar a autoridade de trânsito, seja de moto, seja de carro. Acho que a máquina não substitui o homem, tem muitas funções que você pode diminuir a quantidade de pessoas, mas o fator humano é sempre muito importante ainda mais quando tem a questão educativa no meio.

Aqui em São Paulo essa questão da presença do profissional da CET, não só na função punitiva é muito importante, função educativa, de orientação, a presença do indivíduo para inibir abusos. Isso eu também acho em relação às rodovias. São conhecidos os trechos onde morre gente. Seja indo para o Paraná, seja para Minas, na Fernão Dias, a senhora sabe onde tem mais acidente. Vai ter um feriado prolongado, se eu tivesse poder eu juntava o Governo Federal e Estadual e fiscalizava, enchia de policiais rodoviários na rodovia Federal e Estadual, naqueles pontos onde ocorrem os acidentes.

Quero ver se não ia cair muito o problema de acidentes e as mortes nos feriados prolongados.

**A SRA. ROSA MARIA SARSANO** - A CET aumentou bastante o contingente deles para poder dar o suporte e, inclusive, renovou a frota de veículos, recebeu vários veículos e motos adicionais para poder colocar mais gente na rua. Com certeza, eles aumentaram bastante e está sendo feito um trabalho bem grande neste sentido, acontece que há acidente que estão surgindo, portanto, estão se deslocando para poder dar atendimento e naquela via está concentrado para o acidente que aconteceu: o caminhão que ficou preso no viaduto embaixo da Marginal, carga que cai no chão, capotamentos, é o helicóptero Águia que tem de descer para poder socorrer uma emergência, que aconteceu naquele momento, mas eles aumentaram bastante o efetivo e, inclusive, a parte motorizada.

Quanto ao trabalho conjunto ao metrô e a CPTM, vou aproveitar e falar porque uma das questões era sobre o metrô. Nós passamos neste exercício de 2010, 651 milhões para o metrô, então, alguns recursos foram passados decorrentes dos CEPACs da Operação Urbana. Foi passado neste exercício isto. Quando diz que a Prefeitura passará um milhão, não é só Secretaria de Transportes, o metrô tem convênio com a Secretaria de Subprefeituras e também com a Siurb e nós participamos, por exemplo, dessa Operação Urbana junto com a Siurb. Então, participamos junto com essas Secretarias que têm convênio com o metrô.

Inclusive, a Secretaria de Subprefeituras, nós acabamos participando do repasse

de recurso para ajudar na parte ambiental, de ajardinamento das estações que foram recém-instaladas e foram divididas em um terço do recurso necessário para esta parte de ajardinamento e foi a Secretaria de Transporte quem fez o repasse.

Num total geral, desde 2008, foram repassados 976.114.638 milhões, falta então uns vinte e poucos milhões para completar um bilhão, que a Secretaria de Siurb é quem repassou porque algumas situações envolvem desapropriações e tudo o mais. Então outras Secretarias estão participando dos programas, portanto, é a Prefeitura como um todo, não só a Secretaria de Transportes, no caso.

A outra questão é sobre os corredores, na parte de atendimento aos deficientes, nas vans e adaptados que começaram com o exercício de 333 vans e vai fechar com 377. Até o final do exercício 44 veículos a mais vão estar sendo incorporados à frota com o Atende.

Corredores exclusivos, por exemplo, o binário e o Santo Amaro, é um projeto já iniciado, a implantação do monotrilho que vai deixar o corredor do binário ser exclusivo. No corredor Expresso Tiradentes a situação está com o Ministério das Cidades porque foi apresentado um plano de trabalho, aguardando a aprovação do Ministério do Trabalho para obras do entorno do trecho 1, 2 e 3. Então o Ministério das Cidades é que está com esta questão. Foi apresentado este plano de trabalho e eles ainda não deram retorno de aprovação, por isso está...

**A SRA. CLONILDE** – O corredor Expresso Tiradentes iniciou no Centro e está indo até a Vila Prudente, então, o trecho 1,2 e 3 compreende este período, depois o 4 e o 5 vai até a Cidade Tiradentes para o Governo Estadual. Nosso trecho ficaria do Centro até Vila Prudente e as obras que estão sendo colocadas para conseguirmos recursos do Ministério das Cidades são obras do entorno desse percurso.

**A SRA. ROSA MARIA SARSANO** - A requalificação de corredores está sendo executada no Campo Limpo, Rebouças e Centro. A requalificação de terminais está em Guarapiranga, Vila Nova Cachoeirinha e Santo Amaro, os corredores estão sendo atendidos.

Com relação às calçadas é mais com as Subprefeituras, não é com a nossa Secretaria. A parte do Terminal Bandeira e Cidade Tiradentes, recursos direcionados a esportes que você levantou, vou levar a questão à Secretaria para poder responder à pergunta.

Quanto a ciclofaixas e ciclovias há um estudo em andamento para a implantação que está sendo feito em conjunto com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. A CET está apresentando plano de trabalho para implantar as ciclovias para fazer um conjunto com as ciclovias já implantadas que vai até o Parque Vila Lobos, que são utilizadas no final de semana.

Estão dando prioridade para o problema das motos, que é uma situação crítica, há muitas mortes então a prioridade está sendo dada para as motofaixas, mas as ciclovias estão sendo consideradas também junto com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal de Freitas)** - Todas as questões foram esclarecidas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.